



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
37.psic@capes.gov.br

DOCUMENTO DE ÁREA

Área 37: Psicologia

Coordenador da Área: Gerson Aparecido Yukio Tomanari
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Coordenadora de Programas Profissionais: Luciana Mourão Cerqueira e Silva



Sumário

1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA.....	1
1.1	Tendências, apreciações, orientações.....	1
1.2	Diagnóstico da área.....	4
1.3	A interdisciplinaridade na área.....	11
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA.....	13
2.1	Inovações, transformações e propostas.....	14
2.2	Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior.....	15
2.3	Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.....	15
2.4	Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade.....	16
2.5	Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.....	17
2.6	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	21
2.7	Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPG.....	22
2.8	Visão da área sobre a modalidade a distância.....	23
2.9	Visão da área sobre a modalidade profissional.....	23
2.10	Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	25
2.11	Visão da área sobre formas associativas.....	27
2.12	Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede).....	28



1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

1.1. Tendências, apreciações, orientações

A Área de Psicologia, integrante da Grande Área Ciências Humanas do Colégio de Humanidades, tem a função de intermediar a relação entre a Diretoria de Avaliação da CAPES (DAV/CAPES) e os Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPG/Psi), colaborando para o desenvolvimento das políticas nacionais de Pós-Graduação e assistindo os PPG/Psi a se aprimorarem por meio deste sistema de avaliação. Neste papel, a Coordenação de Área da Psicologia, por um lado, mantém estreita e positiva comunicação com as Associações Científicas e com os PPG/Psi, oferecendo orientações, acompanhamento e assistência e, por outro, atua em colaboração com as demais Coordenações de Área no aprimoramento permanentemente do sistema de avaliação.

A pós-graduação em Psicologia encontra-se em uma fase de desenvolvimento que conta com muitos indicadores positivos e que permitem vislumbrar tendências. Alguns exemplos:

(i) a melhoria geral nos indicadores da avaliação, evidenciada pela evolução nos conceitos resultantes da última avaliação Quadrienal, realizada em 2017, referente aos anos de 2013 a 2016. Houve, simultaneamente, uma redução no número de programas com nota 3 (de 27 para 16), acompanhado de aumento daqueles com notas 4 e 5, respectivamente, de 28 para 33 e de 18 para 21;

(ii) o crescimento significativo da internacionalização da Área como um todo, com destaque para o aumento no número e na diversidade de subáreas de programas 6 e 7 (que agora são 9), sinalizando que a Área vem aproveitando as oportunidades de apoio que têm sido concedidas;

(iii) a expansão numérica e geográfica dos programas, que agora contemplam todas as regiões do país (embora ainda persistam algumas demandas específicas por níveis ou modalidades de curso);

(iv) a implementação dos mestrados profissionais no ano de 2013 e a sua expansão nos anos subsequentes, revelando que a Área está atenta para qualificar melhor psicólogos para atuar no mercado profissional;



(v) a estratégia de constante debate entre a coordenação de Área e a comunidade científica, que hoje caracteriza a pós-graduação em Psicologia.

Apesar da constatação de um quadro positivo na Área, é visível a existência de desafios a serem superados e a necessidade de mudanças a serem discutidas e implementadas. Por exemplo, ainda há quatro estados da federação que não contam com programas de pós-graduação *stricto-sensu* em Psicologia – Acre, Amapá, Roraima e Tocantins. Ações de incentivo e de orientação poderiam auxiliar na identificação de demandas de formação pós-graduada nestes estados e favorecer a proposição de programas que possam atendê-las. Neles, a implantação de mestrados acadêmicos certamente contribuirá para a formação de docentes, assim como a implantação de mestrados profissionais atenderá a necessidade de aprimoramento de psicólogos no exercício da profissão.

É preciso retomar as razões da implantação dos programas de pós-graduação no Brasil: formar mestres e doutores para atuar como professores dos cursos de graduação do país. Ao longo do tempo, houve um distanciamento em relação a este propósito, à medida em que foi sendo dada maior ênfase às atividades de pesquisa e, conseqüentemente, à produção intelectual. A atuação na graduação não pode ser vista como um empecilho para a dedicação à atividade de pesquisa e à pós-graduação. Uma mudança nessa direção não significa em absoluto abandonar o desafio científico de formar pessoas com independência intelectual, que possam contribuir para o avanço do papel científico da Psicologia, que detém a capacidade de contribuir significativamente para as discussões de interesse do país, sobretudo nas políticas e ações nos âmbitos da Saúde e da Educação. A proposta é conciliar formação e produção de qualidade. Para tanto, será de grande valia que possa ser estabelecido um ambiente de produção e aplicação do conhecimento com menos barreiras disciplinares, mais sintonizado com as demandas atuais da sociedade, com maior diálogo com os pares e interação entre os programas. Tal diálogo deve ser estendido a outros países, reforçando o que já se tem consolidado com a América do Norte e Europa, e incrementando colaborações com América Latina, África e Ásia, o que representaria ganhos para a internacionalização.

Outro desafio relevante para a Área, tanto quanto ao SNPG como um todo, diz respeito à inclusão de disciplinas ou de espaços de debates que tratem de questões relacionadas à ética na pesquisa e na publicação, abordando temáticas que dizem respeito a falseamento de dados, autoria indevida e retratações de publicações etc.

Também está no horizonte dos desafios para a Área a ampliação de ações voltadas à educação



básica. Embora conste como meta no Plano Nacional de Pós-Graduação vigente e seja constatado um crescimento nessas ações na Avaliação Quadrienal 2017, os PPG/Psi certamente podem alargar sua atuação acadêmica e aumentar as aplicações, por meio de ações de inserção social e de produtos técnicos/tecnológicos, neste campo específico.

A Coordenação de Área e os PPG/Psi devem considerar a diversidade constituinte da Psicologia como um valor a ser mantido. Esta diversidade está presente internamente na maioria dos PPG, na composição do corpo docente e, conseqüentemente, nas subáreas e linhas de pesquisa. Ela se reflete no tipo de pesquisa realizada, quantitativa e qualitativa; na produção bibliográfica, constituída predominantemente por artigos ou livros e capítulos de livros; na internacionalização da produção; nas redes de pesquisa que se formam; na amplitude dos âmbitos de pesquisa, básica e aplicada; na dedicação à produção técnica e tecnológica; na propensão à inserção social etc. O desafio, portanto, é avaliar esse conjunto diverso, a partir de indicadores calibrados por um sistema que se fundamente na identidade da Psicologia e que, simultaneamente, considere as especificidades das subáreas.

A avaliação na Área de Psicologia tem buscado contemplar múltiplos indicadores que cobrem ponderadamente diferentes aspectos desenvolvidos pelos PPG/Psi e que merecem ser considerados. A Área realiza a avaliação de periódicos, livros, produtos técnicos/tecnológicos, atividades de inserção social, atuação dos egressos dos programas. Esta abrangência de indicadores, por um lado, dá robustez ao processo de avaliação como um todo; por outro, impõe dificuldades, tais como a de equacionar esse conjunto de indicadores frente à diversidade inerente à Psicologia e, principalmente, a de desenvolver as medidas e operacionalizar os métodos de mensuração. Aprimorar esses indicadores e procedimentos é um dos maiores desafios atuais da Área. Assim, torna-se importante considerar as especificidades dos PPG/Psi que oferecem apenas o curso de Mestrado e daqueles que oferecem Mestrado e Doutorado, bem como reconhecer os avanços que os PPG/psi conseguiram promover quando analisados em seu próprio desenvolvimento – por exemplo, a partir de mecanismos de autoavaliação baseados no planejamento estratégico de cada um deles.

Em relação à produção intelectual, a Área de Psicologia adota a política de privilegiar a qualidade em relação à quantidade. A prática de estabelecer um número máximo de artigos considerados para avaliação (tomando-se, portanto, apenas a produção mais bem qualificada do programa), denominada de Tabela de Melhor Produção (TMP), tem surtido efeitos positivos no sentido de aumentar a produção qualificada da Área no decorrer dos últimos ciclos avaliativos. No entanto, o progressivo aumento de itens bibliográficos de menor qualidade torna imprescindível

reiterar que a avaliação da produção intelectual na Área de Psicologia deve priorizar a qualidade.

Em síntese, a coordenação de Área orienta os PPG/Psi a aprimorar (a) o desenvolvimento das habilidades e competências dos pós-graduandos nas atividades ligadas à docência; (b) a qualidade da produção bibliográfica; (c) as ações de internacionalização, sobretudo nas subáreas atualmente menos internacionalizadas; (d) as iniciativas de solidariedade entre programas; (e) o impacto social resultante não apenas da formação discente e das publicações, mas também da produção técnica/tecnológica e das ações de inserção social; (f) a importância que deve ser dada à Educação Básica. Como substrato de trabalho, a coordenação de Área orienta muito enfaticamente aos PPG/Psi que adotem, cada vez mais, a autoavaliação no seu processo de desenvolvimento, dedicando-se a elaborar seu plano estratégico, estabelecendo, monitorando e avaliando suas metas e resultados.

1.2. Diagnóstico da Área

Atualmente, contemplando os resultados de julgamento das APCN dos anos de 2017/2018, a Área de Psicologia conta com 64 Doutorados, 86 Mestrados acadêmicos e 14 Mestrados Profissionais, totalizando 164 cursos, distribuídos em 100 programas de pós-graduação (Tabela 1).

O relatório da comissão de Avaliação Quadrienal 2017, referente aos anos de 2013 a 2016, traz informações detalhadas do estado recente da Área¹. Resumidamente, em 2016, a Área contava com 84 programas, sendo 25 com cursos de mestrado acadêmico, cinco com mestrados profissionais e 54 com mestrado e doutorado. Acompanhando o desenvolvimento global do SNPG, estes números retratam o crescimento da Área de Psicologia, quando se considera que, ao final da Avaliação Trienal 2013, a Área possuía um total de 71 programas e nenhum mestrado profissional.

Tabela 1. Número de PPG/Psi nas modalidades acadêmica (mestrado; mestrado e doutorado) e profissional na atualidade e por ocasião da Avaliação Quadrienal 2017 (ano de referência: 2016).

Cursos e modalidade	2016	2019
Mestrado	25	86
Mestrado Profissional	5	14
Doutorado	54	64
Total	84	164

¹ https://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Psicologia_relatorio-de-avaliacao-2017_final.pdf

Os egressos dos cursos da Área de Psicologia inserem-se tanto no sistema de ensino superior, quanto no mercado profissional, o que sugere que muitos programas de natureza acadêmica também atendem à demanda de qualificação de psicólogos e de outros profissionais afins para atuarem em instituições públicas e privadas de diferentes naturezas.

A Área avançou nos últimos anos em termos de distribuição geográfica. Na origem, foi muito concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Mais recentemente, está ampliando a sua presença nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, embora ainda sejam necessárias ações para continuar reduzindo as assimetrias regionais (Figura 1).

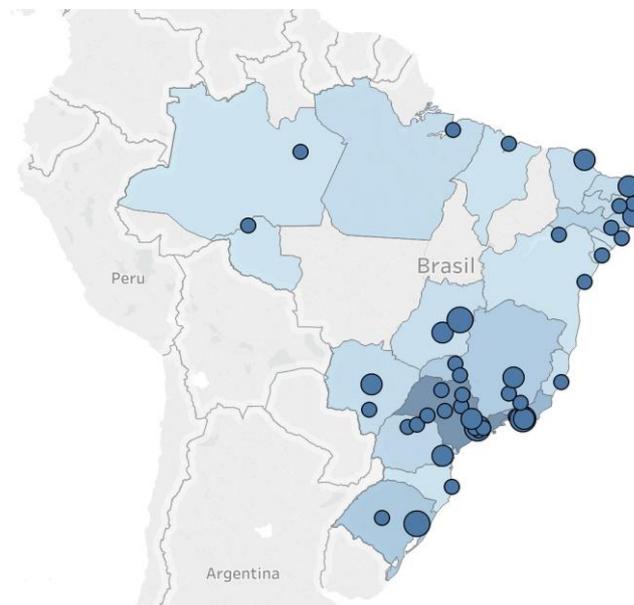


Figura 1. Distribuição geográfica dos 84 PPG/Psi avaliados na Quadrienal 2017 (ano referência: 2016). GeoCapes.

A maioria dos cursos (72%) é ofertada por instituições de ensino superior (IES) públicas, em contraste com a reduzida participação das instituições confessionais e privadas, sobretudo aquelas com finalidade lucrativa (Figura 2). Há de se notar que, com a expansão dos mestrados profissionais, tem-se ampliado a atuação das IES privadas na pós-graduação em Psicologia.

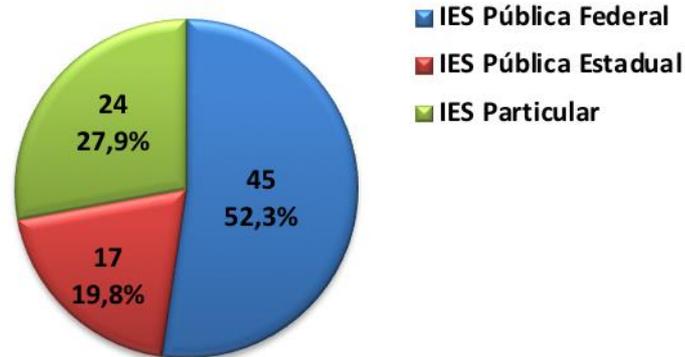


Figura 2. Distribuição os PPG/Psi por natureza jurídica da IES.

A diversidade de subáreas é marcante na Psicologia, contemplando linhas de pesquisa em Avaliação Psicológica, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Experimental, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia e Saúde, Psicologia Social, Neurociências, Psicobiologia, entre outras. Para além das áreas tradicionais, há campos de pesquisa e atuação emergentes, tais como a Psicologia Ambiental, a Psicologia do Trânsito, a Psicologia do Esporte, a Psicologia Comunitária, a Psicologia Forense, entre outros (Figura 3).

Ao longo das avaliações, os PPG/Psi têm mostrado desempenhos quantitativos e qualitativos progressivamente mais elevados, com avanços nos indicadores de internacionalização. Essa melhora no desempenho dos PPG/Psi acompanha de perto o conjunto dos programas do SNPG, como mostra a Figura 4.

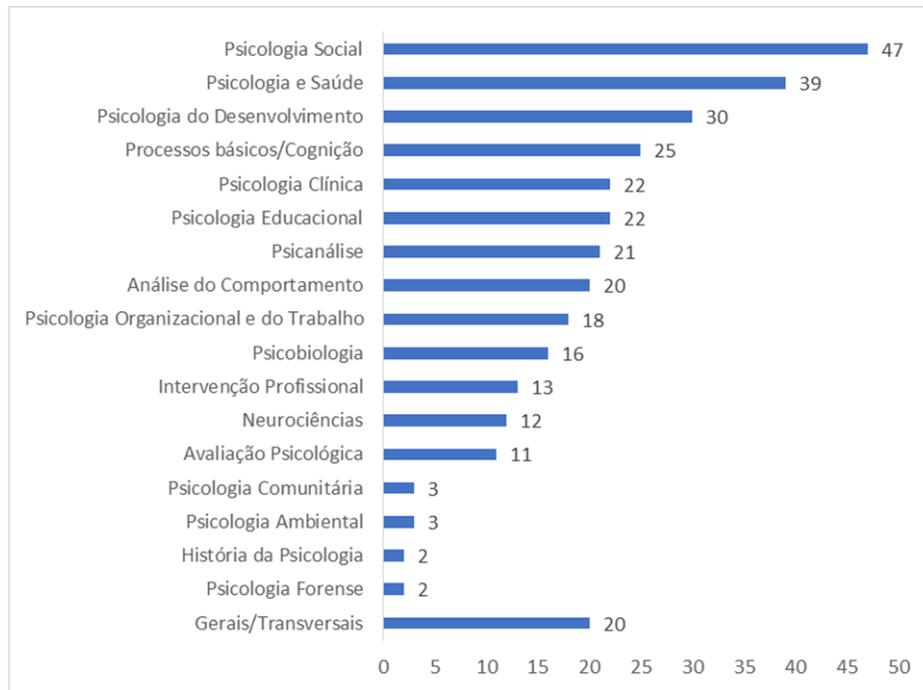


Figura 3. Linhas de pesquisa nos PPG/Psi conforme dados da Avaliação Quadrienal de 2017.



Figura 4. Variação de notas na Avaliação Quadrienal de 2017, tanto no conjunto dos Programas do SNPG quanto nos PPG/Psi.

Dos 84 Programas que passaram pela Avaliação Quadrienal 2017, três obtiveram nota 7; seis nota 6; 21 nota 5; 34 nota 4; e 20 nota 3. Comparativamente à avaliação Trienal 2013, 22 Programas melhoraram a nota, sendo que quatro novos Programas atingiram a nota 6 ou 7 e apenas dois programas diminuíram de nota (Figura 5).

		Nota atual					Total
		3	4	5	6	7	
Nota anterior a 2017	3	20	11				31
	4		22	7			29
	5		1	14	3		18
	6				2	1	3
	7				1	2	3
Total		20	34	21	6	3	84

Figura 5. Notas atuais (Avaliação Quadrienal 2017) comparadas às notas anteriores (Avaliação Trienal 2013) dos PPG/Psi.

Em relação ao corpo docente, os PPG/Psi contavam, segundo a Avaliação Quadrienal de 2017, com 1.700 docentes, dos quais 1.330 na condição de docentes permanentes, o que corresponde a 1,6% dos docentes permanentes do SNPG. Havia um total de 8.431 matrículas (2,3% do SNPG), distribuídas em 2.557 discentes de doutorado, 3.655 de mestrado acadêmico, e 223 discentes de mestrado profissional. As titulações destes níveis e modalidades foram, respectivamente: 539, 1.420 e 37. Tais valores representavam os seguintes percentuais de alunos titulados no SNPG: 2,5% dos doutorados, 2,8% dos mestrados acadêmicos e 0,3% dos mestrados profissionais).

Em referência à composição do corpo docente, os programas da Área variavam entre o mínimo de dez docentes e o máximo de 42, com média de 17,9 docentes em cada PPG/Psi. Quando se considerava apenas o corpo docente permanente (grupo efetivamente responsável pela manutenção das atividades centrais de pesquisa, ensino e orientação), o mínimo passou a ser nove docentes, sendo que o número máximo era de 30 e a média de 14 docentes. Quase 60% dos programas da Área possuíam até 14 docentes permanentes, podendo ser considerados programas de pequeno porte no âmbito do SNPG. Os programas de grande porte na Área, integrados por mais de 20 docentes, limitavam-se a 12 (12,5% do total). O número de docentes visitantes era muito reduzido. Apenas 13 programas relataram contar com docentes visitantes,

sete dos quais tiveram apenas um docente visitante entre os anos 2012 e 2016.

A participação de docentes colaboradores é justificada na Área em várias situações: quando preenche uma lacuna específica, trazendo uma contribuição particular para o curso; quando se trata de jovens docentes/pesquisadores em fase de consolidação de competências para orientação na pós-graduação; quando se trata de docentes seniores em fase de aposentadoria ou de desligamento do Programa. Considerando essas diferentes situações, a Área define como aceitável que cada Programa possa ter até 33% (1/3) do seu corpo docente integrado por colaboradores. Tal percentual atende à necessidade de renovação do corpo docente, sem permitir que os encargos de ensino, pesquisa e orientação deixem de estar, majoritariamente, sob responsabilidade do corpo docente permanente. Nos dados de 2017, 81 programas contavam com docentes colaboradores. Em 76,8% dos programas, havia até cinco colaboradores, sendo três o número mais frequente.

Na Área de Psicologia, periódicos científicos e livros são os principais veículos de divulgação científica. A propósito, a proporção da produção bibliográfica na Área tem se alterado. Entre os anos 1998-2000, havia um equilíbrio entre a proporção de trabalhos divulgados na forma de artigos e livros/capítulos. Na Avaliação Quadrienal de 2017, publicações em periódicos passaram a predominar, atingindo cerca de 65% (Tabela 2).

Tabela 2. Proporção de publicações na forma de artigos e livros/capítulos na Área de Psicologia ao longo dos anos.

	1998- 2000	2001- 2003	2004- 2006	2007- 2009	2010- 2012	2013- 2016
Artigos	49,6	46,6	55,2	58,9	61,4	65,2
Livros e Capítulos	50,4	53,4	44,8	41,1	38,6	34,8

Uma característica da Área de Psicologia, no que diz respeito ao perfil de produção bibliográfica, é o fato de haver publicação em muitos veículos de áreas afins, pois cerca de 70% do total dos periódicos em que há publicações dos PPG em Psicologia são de outras áreas. No entanto, embora espalhada em muitos veículos, os periódicos da área são responsáveis por concentrar a maior parte dos artigos científicos (60%). Este perfil de publicação reflete as fortes características interdisciplinares da Área de Psicologia, entrelaçadas com a diversidade de suas subáreas.

Na avaliação Quadrienal 2017, registrou-se a produção de 13.331 artigos em periódicos científicos. Este número representa um aumento de 81% em relação à avaliação anterior, a Trienal 2013, quando haviam sido publicados 7.373 artigos, o que representou quase 1.000 artigos a mais por ano. Ao longo dos anos, o crescimento é constante e progressivo, superior ao aumento do número de Programas e de docentes no período (Tabela 3).

Tabela 3. Taxa média de itens (artigos e livros/cap.) por docente permanente, por ano, entre 1998 e 2016.

Itens de produção	1998-2000	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2016
Artigos	1,3	1,4	1,8	1,9	2,5	3,2
Livros e Capítulos	1,0	1,1	1,4	1,3	1,5	1,7
Total de Itens	2,3	2,5	3,2	3,2	4,0	4,9

O aumento expressivo da quantidade de artigos publicados na Área de Psicologia tem sido acompanhado por aumento de qualidade. Comparadas as duas últimas avaliações, verifica-se que foi crescente a qualidade média dos artigos e livros/capítulos, aferida pelo Qualis Periódicos e pela Avaliação de Livros, assim foi igualmente crescente a proporção de produtos localizados nos estratos mais elevados de produção (Tabela 4).

Tabela 4. Indicadores de melhoria da qualidade da produção bibliográfica dos programas da área de Psicologia nas duas últimas avaliações.

Indicadores	2010-2012	2013-2016
Qualidade média dos artigos	62,2	70,6
Qualidade média dos livros e capítulos	55,9	68,0
Porcentagem de itens nos estratos mais elevados (A1+A2+L4)	23,7	37,0
Porcentagem do total de itens nos estratos mais elevados (A1+A2+B1+L4+L3)	46,1	63,2



A ciência produzida no Brasil tem acumulado nos últimos anos indicadores cada vez mais positivos de sua internacionalização. Historicamente, a produção relatada pelos programas da Área, composta por cerca de 65% de artigos em periódicos, contempla aproximadamente 20% de artigos em periódicos estrangeiros. Nos programas mais bem avaliados, este último percentual chega a elevar-se em cerca de quatro vezes, atingindo 70% ou mais da produção em artigos.

A Área de Psicologia tem características especiais que explicam a diversidade dos níveis de internacionalização entre as suas subáreas: convive com a pluralidade teórica, envolve tecnologias de intervenção em vários contextos, é complexa do ponto de vista metodológico, tem presença de crescente importância na sociedade e na cultura brasileira. Com tais características e considerando a notável qualidade alcançada por vários periódicos nacionais, a Área deve manter expressivo nível de publicações em periódicos brasileiros, alguns deles com mais de três décadas de ininterrupta contribuição. Não obstante, há espaço para o crescimento das publicações de artigos em periódicos editados no exterior, reconhecidos como veículos apropriados para a divulgação por grandes centros de pesquisa. Também, há espaço para crescimento de capítulos e livros publicados em outros países, modalidade de produção pouco exercida na Área, mas que tem crescido nos últimos anos. Para que ocorra o incremento nas duas modalidades mencionadas, há necessidade de ampliação das atividades de interação acadêmico-científica com instituições sediadas no exterior.

1.3. A interdisciplinaridade da Área

A área de Psicologia caracteriza-se por sua natureza interdisciplinar, situando-se na fronteira de inúmeras outras áreas de conhecimento e de atuação profissional. Esta interdisciplinaridade está representada na diversidade do corpo docente e de linhas de pesquisa dos PPG/Psi, que por vezes inserem-se predominantemente nas Ciências Biológicas, por vezes nas Ciências Socioculturais. Esta característica coloca a Área de Psicologia em sintonia com as diretrizes incentivadas pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

O objeto central de estudo da Psicologia tem natureza interdisciplinar, seja na perspectiva de uma disciplina mais próxima das áreas biológicas ou das áreas humanas e sociais. Há quem defina a Psicologia como ciência do comportamento e quem a tome como o estudo dos fenômenos mentais. Há quem assuma um foco mais no indivíduo, quem considere unidades sociais mais complexas; quem está mais preocupado com fenômenos básicos ou com fenômenos



mais aplicados. Em quaisquer dessas visões, parece ser consensual que a compreensão, explicação ou análise dos fenômenos psicológicos requer a consideração de diferentes campos disciplinares. À mesma conclusão parecem chegar aqueles mais voltados para as práticas profissionais da Psicologia, nos diversos campos ou contextos em que são desenvolvidas. O trabalho do psicólogo, quase sempre, ocorre em equipes multidisciplinares e requer a articulação com outras perspectivas de intervir sobre problemas humanos, individuais ou coletivos.

Essa natureza interdisciplinar do campo fica evidente em alguns exemplos: no domínio da saúde, a Psicologia mantém forte interface com a Medicina, a Psiquiatria, a Saúde Coletiva, a Farmacologia, áreas com as quais compartilha conceitos e formas de lidar com os fenômenos; no mundo do trabalho, relaciona-se com a Administração, a Educação, a Engenharia, o Direito. Com isto, vão sendo criados vários microcosmos dentro da Área que, para muitos teóricos, dificultam encontrar uma identidade única e amplamente compartilhada.

As interfaces com diferentes campos têm forte impacto na forma como a Psicologia se estrutura. Assim, as subáreas da Psicologia desenvolvem linguagem própria, diferenciam-se em termos metodológicos, ou desenvolvem estratégias singulares de como intervir nos problemas sob a sua competência. Com isto, criam-se domínios em que a Psicologia se aproxima fortemente de outras disciplinas. Diante do exposto, é possível perceber que os temas abordados na diversidade de áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas da Área manifestam a estreita interface da Psicologia com outras áreas do conhecimento. É o que se verifica com as Ciências Biológicas (por exemplo, Análise do Comportamento, Neurociências, Psicobiologia, Psicofarmacologia, Psicofisiologia, Psicologia Evolucionista); com todo o espectro das Ciências Humanas e Sociais (Antropologia, Sociologia, História, em temáticas como violência ou em campos como o da Psicologia Cultural ou da Psicologia Comunitária); com a área da saúde (Saúde Mental, Saúde do Trabalhador, Psicologia Hospitalar, Gerontologia, adesão a tratamentos, dependências químicas, dor, entre outros temas); com as Ciências Sociais Aplicadas (na área das organizações, trabalho, economia, educação, comunicação, trânsito, interação com o universo da informática, economia, direito); além dos domínios da Literatura, da Linguística e das Artes. As Ciências Exatas, ainda que de forma menos preponderante do que as Ciências Humanas e Biológicas, também estabelecem interfaces com a Psicologia, por exemplo, nas Áreas das Engenharias (Ergonomia), Matemática (Modelos quantitativos de comportamento), entre outras.

Assim, pode-se considerar que a interdisciplinaridade, em maior ou menor grau, está



presente em todos os programas da Psicologia. Há seis programas que apresentam uma proposta fundamentalmente interdisciplinar, envolvendo pesquisadores da Psicologia e de áreas afins: três programas em Neurociências, dois em Psicobiologia, outro em psicologia de comunidades e ecologia social. Para além destes programas, cuja natureza interdisciplinar é mais diretamente explorada, há indicadores que mostram a interdisciplinaridade como um elemento característico da Psicologia.

Um primeiro desses indicadores pode ser verificado na classificação dos periódicos da Área, no qual se observa que quase 80% das revistas em que os programas publicaram no período 2013-2015 têm caráter geral ou são de áreas afins, nacionais ou internacionais. Embora o maior volume da produção seja dirigido para as revistas nacionais da área de Psicologia, outras áreas também publicam em tais revistas.

A composição do corpo docente é outro importante indicador da natureza interdisciplinar que caracteriza a Psicologia. Entre os docentes que atuam como permanentes em PPG/Psi, 15% têm doutorado em outras áreas com predomínio das Ciências da Saúde (50%), Ciências Biológicas (23%) e Ciências Sociais Aplicadas (10%). Estes três domínios são exatamente aqueles com os quais os PPG/Psi mais interagem e trabalham conjuntamente. Em contrapartida, há quase mil docentes com formação em Psicologia que atuam como permanentes em programas de outras áreas, com predomínio das Áreas Interdisciplinar (30%), das Ciências Humanas (29%), das Ciências da Saúde (21%) e das Ciências Sociais Aplicadas (11%).

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

A Coordenação da Área de Psicologia, historicamente, mantém contato com os PPG/Psi no âmbito dos principais eventos científicos (Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, ANPEPP; Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira de Psicologia, SBP) e em um evento específico, organizado pela ANPEPP em conjunto com a Coordenação de Área, o Seminário Novos Horizontes da Psicologia. De um modo geral, a Área mantém constante diálogo com os programas, levando informações importantes sobre os rumos das discussões no âmbito da DAV/CAPES e, ao mesmo tempo, recebendo contribuições para analisar suas práticas e refletir sobre elas. Deste diálogo permanente com a comunidade científica da Psicologia emanam as considerações sobre o futuro da área.



2.1. Inovações, transformações e propostas

O sistema de avaliação deve possibilitar aos programas conceber e implementar ações inovadoras e transformadoras. Nesse sentido, é permanente a busca por valorizar a diversidade de propostas que admitam diferentes formas e valências de impactos dos programas para a sociedade. Para isso, será imprescindível aprimorar indicadores e procedimentos para avaliar as produções bibliográfica e técnica dos programas, bem como as atividades de inserção social; ampliar a valorização da qualidade da produção bibliográfica; valorizar indicadores que discriminem claramente os desempenhos dos programas, sobretudo aqueles que atuam em níveis locais e regionais; valorizar os esforços dos programas para superar seus desempenhos em períodos anteriores, considerando o processo de autoavaliação de cada programa, compatibilizados com os respectivos planejamentos institucionais; aprimorar a avaliação da formação em docência oferecida pelos programas; aprofundar a avaliação do corpo docente, sobretudo em relação à atuação ocupacional de egressos; diferenciar a condição dos programas que têm apenas o mestrado daqueles que têm mestrado e doutorado, bem como daqueles que são da modalidade acadêmica dos que são da modalidade profissional, por meio de indicadores diferenciais adotados na ficha de avaliação, com pesos e medidas condizentes aos objetivos e metas de cada nível de formação e de cada modalidade de curso.

2.2. Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior

O planejamento é uma ferramenta de gestão indispensável para o desenvolvimento das instituições como um todo e também da ciência. Os avanços do SNPG, em grande medida, se devem à realização de um planejamento cuidadoso expresso no Plano Nacional de Pós-Graduação. Porém, para além desse planejamento macro, é importante também que se tenha o de cada Área e os dos PPG/Psi, em consonância com o planejamento das instituições de ensino superior que os abrigam.

As dinâmicas inerentes à pós-graduação requerem um planejamento constante no sentido de ampliar seu impacto na sociedade e melhorar a qualificação dos recursos humanos que são formados. Além disso, o planejamento dos PPG/Psi deve estar intimamente articulado com a autoavaliação a ser realizada, que deve ter por base as metas estabelecidas durante o planejamento estratégico.

Também é imprescindível que o planejamento dos PPG/Psi seja realizado em alinhamento com o Plano Estratégico Institucional da Pós-Graduação de cada IES. Em outras palavras, espera-se um processo integrado dos planos estabelecidos pelos PPG/Psi e as estratégias institucionais. O



planejamento da pós-graduação brasileira em nível macro, associado ao planejamento das Áreas, das IES e dos PPG apresenta um alto potencial de contribuição para o crescimento e qualidade do sistema de pós-graduação como um todo, de forma a ampliar o retorno que se espera para a sociedade, em termos de formação de recursos humanos e de protagonismo no processo de desenvolvimento social e econômico do país.

2.3. Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG

Ainda que nos últimos anos a CAPES e diversas das Áreas tenham incentivado as autoavaliações dos programas, elas não eram demandadas oficialmente (ou eram muito pouco) e não eram valorizadas no processo avaliativo formal. Em 2018, foi instituído um GT com a missão de propor uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, de forma a torna-la um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES (Portaria CAPES nº 148/2018). As diretrizes advindas do trabalho deste GT estão, portanto, subsidiando a institucionalização dos processos de autoavaliação nos PPG, a partir de orientações fornecidas pela CAPES. Em razão disso, são apresentadas a seguir algumas informações importantes sobre a adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.

A lógica de inserir uma autoavaliação como um dos itens da ficha de avaliação dos PPG tem como proposta a realização de um acompanhamento pela CAPES sobre a forma como os programas estão conduzindo suas autoavaliações. Assim, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação, alinhado estrategicamente com sua missão e seus objetivos, estabelecidos em seu planejamento estratégico. Também é imprescindível que a autoavaliação dialogue com quesitos e itens presentes na ficha de avaliação dos PPG, no sentido de permitir uma comparação entre os programas e também uma visão conjunta acerca de todos eles. A proposta é que a avaliação externa ocorra em consonância e articulação com a autoavaliação.

Espera-se, então, que cada PPG apresente em sua autoavaliação, um relato detalhado acerca dos procedimentos e instrumentos de autoavaliação, de forma que a avaliação externa no âmbito da CAPES possa realizar uma 'avaliação da autoavaliação'. A instituição da autoavaliação como um dos itens da ficha contribui para fortalecer a reflexão na comunidade científica e nas IES, com a intenção de repensar a prática, encontrar lições e definir ações concretas que possam contribuir para a melhoria da PPG como um todo e de cada PPG em particular.

A expectativa é de que a autoavaliação assuma caráter regular e que os programas contem com orientações e instrumentos advindos desse processo. Seus resultados podem ser



sistematicamente discutidos no contexto dos seminários de acompanhamento que a CAPES já vem promovendo, bem como nos encontros entre os coordenadores de Programas e a Coordenação de Área. Dessa forma, poderão subsidiar as iniciativas de revisão do planejamento da Área.

É relevante o entendimento de que o processo autoavaliativo seja amplamente institucionalizado e possa expressar, como política institucional, independência e qualificação da própria avaliação da CAPES. É esperado que a autoavaliação seja realizada por meio de processos participativos, baseados em diversas estratégias, técnicas e instrumentos, gerando relatórios analíticos que apontem potencialidades e fragilidades do Programa e que definam políticas e ações de correção dos pontos fracos e consolidação dos pontos fortes.

A expectativa é de que a autoavaliação fortaleça os processos de autoconhecimento dos Programas, criando uma cultura avaliativa e permitindo um olhar qualitativo e holístico dos PPG. Tal autoavaliação deve ser construída considerando um Modelo de Avaliação Multidimensional, que favoreça a identificação de PPG e IES com melhor desempenho em determinados eixos ou dimensões, permitindo aflorar desempenhos diferentes para cada dimensão, dando espaço para o reconhecimento da diversidade e da qualidade dos PPG e IES em cada eixo (dimensão) da avaliação, tais como: formação de recursos humanos (egressos); internacionalização; produção científica; inovação e transferência conhecimento; e impacto e relevância econômica e social.

2.4. Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade

A prática sistematizada da investigação científica desenvolvida nos PPG faz com que estes constituam ambiente propício para a inovação e para a geração de conhecimento e tecnologias que contribuam para o desenvolvimento da sociedade. Percebe-se, nos últimos tempos, a ocorrência de ganhos na produção de conhecimento, sem, no entanto, gerar reflexo significativo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e no desenvolvimento regional ou do país. Deste modo, além da produção intelectual e a formação qualificada de profissionais, os impactos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos produzidos pelos PPG devem adquirir peso significativo dentre os critérios de avaliação. Assim, deve ser valorizada a pesquisa aplicada à sociedade, cujos resultados gerem melhoria da qualidade de vida da população, de comunidades específicas, com impactos positivos nos diferentes segmentos sociais.

No Brasil, a grande maioria da produção de conhecimento se concentra nas universidades, apoiadas nos PPG. É necessário que os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação



de talentos e no desenvolvimento econômico e social, assim como a redução das assimetrias no país, seja considerado como fator fundamental a ser mensurado no processo avaliativo.

A nova ficha de avaliação da CAPES está baseada em três quesitos igualmente relevantes, sendo os Impactos na Sociedade um deles (os outros dois são o Programa e a Formação, como será discutido mais adiante neste Documento). A proposta é de que seja feita uma análise de indicadores que possam captar contribuições dos egressos para a sociedade e para o desenvolvimento nacional, colaborando para a redução das assimetrias intra e inter-regional. A avaliação de tal quesito deve contemplar, portanto, uma reflexão acerca da relevância social, nacional e regional de cada PPG/Psi e os subsídios que ele oferece para a sociedade.

Os aspectos de relevância social e regionalização passam a ter, assim, importância destacada no processo de avaliação, mantendo os critérios de excelência de produção e de internacionalização. Sob essa perspectiva, demandas sociais e regionais necessárias ao desenvolvimento do país também devem ser consideradas no processo avaliativo, não apenas dos cursos em funcionamento no SNPG, como também de cursos novos.

2.5. Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG

A demanda por internacionalização é um dos maiores desafios para a pós-graduação brasileira e, naturalmente, para a Área de Psicologia. Atualmente, percebe-se uma conscientização dos PPG/Psi acerca da relevância da internacionalização como uma meta a ser alcançada. É preciso, pois, ampliar os esforços em torno das iniciativas que mantenham tanto a valorização deste item no processo de avaliação, quanto o debate com a comunidade científica da Área. Além disso, é importante uma diversificação dos países com os quais são estabelecidas parcerias. Essas ações podem favorecer os avanços nas trocas científicas e aumentar o impacto das publicações derivadas das pesquisas produzidas no país, acarretando maior visibilidade da ciência brasileira.

É importante destacar que a internacionalização da produção científica na Área de Psicologia é mais expressiva em programas de algumas subáreas (Psicologia Experimental, Processos Básicos, Psicobiologia, Neurociências e Comportamento). Há casos de programas nestas subáreas, cuja produção em periódicos estrangeiros chega a superar 70% da sua produção. Contudo, há subáreas em que a internacionalização é bem menos expressiva (quer pela reduzida maturidade do Programa, quer por especificidades da sua vocação), como o caso de áreas mais aplicadas ou voltadas para problemas psicossociais da realidade local ou regional.

É uma diretriz da Área ampliar a internacionalização, que se encontra em expansão e



gradativamente explora o elevado potencial que muitos programas possuem de colaborar cientificamente para além das fronteiras nacionais. Para reforçar as conquistas nessa direção, o sistema de avaliação deve fomentar condições para que os PPG/Psi atinjam um patamar mais elevado de internacionalização em suas diferentes subáreas. Para isso, é importante que tais iniciativas sejam compreendidas em seus distintos âmbitos e particularidades nos PPG/Psi.

Na área, a internacionalização de um PPG/Psi é considerada em três diferentes níveis: (a) produção científica; (b) interações acadêmico-científicas; e (c) institucionalização da internacionalização. A depender de cada caso, tais níveis recebem maior ou menor peso. O primeiro nível contempla indicadores de produção científica internacionalizada e engloba quatro indicadores: percentual da produção publicada em periódicos estrangeiros qualificados nos quatro extratos superiores do Qualis (percentual decidido *ad hoc*, considerando a realidade da área); percentual de livros (texto integral ou organização), ou capítulos de livros, publicados; grau de colaboração internacional da produção bibliográfica; e grau de impacto internacional da produção (citações em textos publicados no exterior).

A internacionalização das interações acadêmico-científicas contempla a participação de docentes em comitês editoriais e em editoria de periódicos estrangeiros; participação de docentes como membros de bancas examinadores, ministrando cursos ou atuando como coorientadores em programas de pós-graduação do exterior; orientação, coorientação e/ou supervisão de estágio de estrangeiros em programas brasileiros; supervisão de doutores estrangeiros em estágio pós-doutoral; realização, por docente ou egresso, de estágio/treinamento, atividades técnico-científicas e/ou pós-doutorado, em instituições estrangeiras; realização, por discentes, de estágio/treinamento no exterior, sobretudo por meio de bolsas-sanduíche; recebimento de visitantes ou convidados estrangeiros em atividades de pesquisa e/ou ensino na pós-graduação; participação de docentes do programa em cargos ou funções em comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e programas internacionais, bem como em comissões de assessoria a agências de fomento internacionais; participação de docentes e discentes em eventos internacionais de referência da área, na condição de convidado, que expresse reconhecimento internacional.

Por fim, a institucionalização da internacionalização, importante indicador da maturidade do Programa, diz respeito à existência, amplitude, relevância de convênios internacionais existentes; captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional; projetos de pesquisa em desenvolvimento com centros ou núcleos de pesquisa no exterior;



premiações recebidas pelo programa ou seus docentes, no exterior; participação em programas institucionais de cooperação em pesquisa e ensino (por exemplo, programas de cotutela, dupla titulação etc.).

A Área de Psicologia avalia a internacionalização de todos os programas em funcionamento, embora a exigência maior em relação a este aspecto esteja direcionada aos Programas de nota 6 ou 7. Estes passam por uma avaliação qualitativa criteriosa que considera, além dos indicadores de internacionalização, um desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área; um nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área; solidariedade; e nucleação. Todos os indicadores de internacionalização e demais indicadores que compõem a avaliação dos programas nota 6 ou 7 são considerados no conjunto dos programas indicados para as respectivas notas, sempre em perspectiva comparativa.

Essa produção internacional coloca a Psicologia brasileira em destaque no cenário mundial, conforme retratam alguns indicadores extraídos da base SCImago:

a) Considerando o período de 1996 a 2017, a produção da Psicologia atingiu 13.283 documentos, o que a coloca em 14º lugar no mundo. Os Estados Unidos lideravam o *ranking*, com cerca de 400 mil documentos. Considerando-se as citações, o Brasil estava na 22ª posição (93.063 citações totais). Houve, neste período, cerca de sete citações por documento, não muito abaixo das 10 citações, no Brasil, considerando todas as áreas do conhecimento. Verifica-se, na Área, um padrão similar ao da produção científica geral do Brasil, ou seja, um crescimento acentuado no número de artigos indexados na ausência de um correspondente aumento nos indicadores de citação.

b) No ano de 1996, a Área de Psicologia no Brasil publicou apenas 42 documentos indexados na Base Scopus. A produção internacional concentrava-se especialmente nos Estados Unidos da América (7.842 documentos), Reino Unido (1.488 documentos) e Alemanha (678 documentos). No ano de 2017, o Brasil publicou 1.311 documentos, atrás de Estados Unidos (25.873), Reino Unido (7.568), Alemanha (4.755) e outros países da América do Norte, Europa e Ásia. O crescimento do número de documentos expressa-se no fato de que em 1996 a produção da psicologia brasileira representava 0,27 da produção mundial; em 2017 ela representou 1,6%, o que significa que foi praticamente sextuplicada no período de 10 anos.

O crescimento da produção indexada do Brasil ocorre, sobretudo, a partir de 2005 em função da indexação de maior número de periódicos nacionais (15 das 17 revistas consideradas

como de Psicologia foram indexadas a partir deste ano), conforme mostra a Figura 6. A partir de 2005, até 2014, há um aumento progressivo no número de documentos indexados, que fez com que a posição da Psicologia brasileira em relação à produção mundial passasse da 24^a posição, em 1996, a posições em torno da 10^a e 12^a posição, situação que se mantém desde 2007.

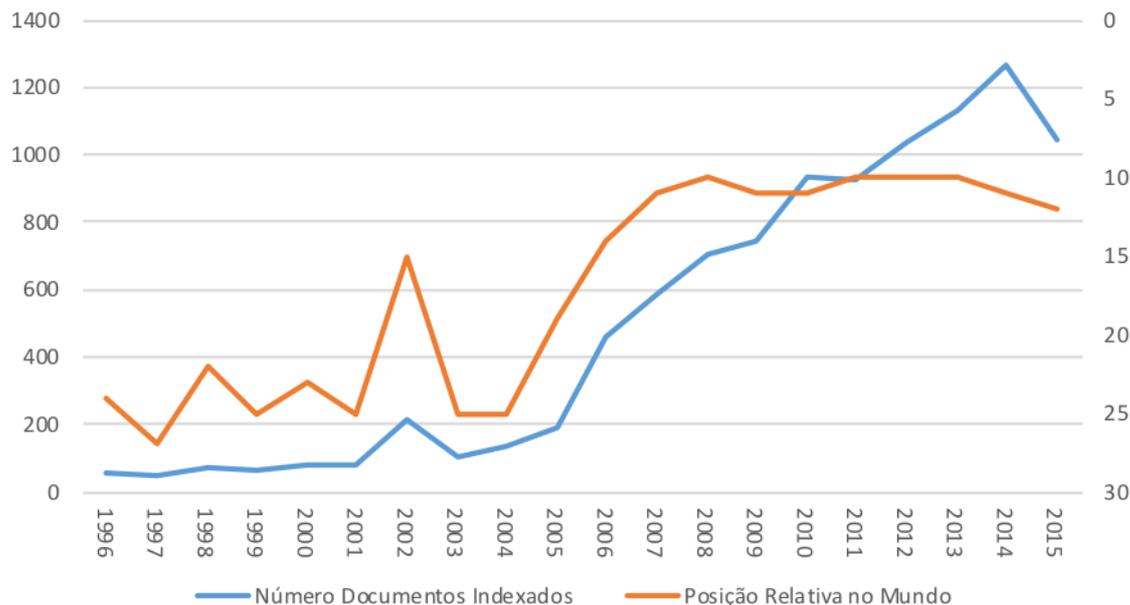


Figura 6. Crescimento da produção brasileira na Área de Psicologia representado pelo número de artigos indexados na Base Scopus.

A colaboração internacional (documentos que envolvem autores de diferentes países) é um indicador oferecido pelo SciVal. Nele, verifica-se que, na Base Scopus, a Psicologia possuía, em 2017, cerca de 40% de documentos em colaboração internacional. Quando se considera a média calculada entre os três programas com nota 6 e os três programas com nota 7, a colaboração internacional, na Base Scopus, entre 2011 e 2015, foi de 25% (variando entre 12% e 38%). Neste mesmo conjunto de dados, verifica-se que cada artigo elaborado em colaboração internacional recebeu, em média, 6,5 citações, ao passo que, em colaboração nacional, recebeu 3,3 citações. Para efeito de comparação, um artigo de autoria única recebeu, em média, 1,9 citações por artigo publicado nesse período. Entre os países com maior colaboração internacional na Psicologia, segundo as coautorias de artigos indexados na Base Scopus (2017), encontram-se: Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Portugal, Canadá, França, Austrália, Itália, Alemanha e Bélgica.

Outro dado importante sobre a internacionalização da produção da Psicologia é a de que

ela não se restringe a artigos em periódicos. Em função da ampliação dos intercâmbios e parcerias com pesquisadores no exterior, tem crescido o número de livros e capítulos publicados em países estrangeiros. Assim, mesmo nas subáreas em que a produção de livros e capítulos é mais expressiva, existe uma produção veiculada internacionalmente. Na avaliação dos livros realizada pela Área, a maioria das obras classificadas como L4 (a mais elevada na Avaliação Quadrienal 2017) é formada por trabalhos publicados no exterior e em outras línguas que não o português (sobretudo inglês e francês).

2.6. Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A Área de Psicologia enfrenta uma assimetria regional, que vem sendo reduzida na modalidade acadêmica, embora permaneça a maior concentração de cursos nas regiões Sudeste e Sul. Desde a criação do primeiro mestrado em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1966, a Área expandiu-se de modo mais acentuado a partir do ano 2000. Atualmente, a ausência de mestrados acadêmicos em Psicologia ocorre em apenas quatro estados da federação: Tocantins, Acre, Roraima, Amapá. Essa evolução torna disponível o acesso à formação de mestrado no seu próprio Estado, o que contribui para uma crescente demanda decorrente da expansão dos cursos de graduação em Psicologia.

A evolução do doutorado, como esperado, é mais lenta pois requer a consolidação dos mestrados. Desde os três primeiros doutorados que apareceram nos anos 1970, na Universidade de São Paulo (USP), PUC-Rio e na Universidade de Brasília (UnB), houve uma trajetória de expansão geográfica, que se acentuou no século XXI, embora ainda tenhamos 10 estados que não oferecem doutorado em Psicologia (três no Nordeste; dois no Centro-Oeste, cinco no Norte).

Quanto aos mestrados profissionais, o primeiro curso da Psicologia foi aberto em 2013. Atualmente, são sete cursos em funcionamento e outros sete encontram-se autorizados, com concentração geográfica nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste e nenhum curso nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Os aspectos de regionalização e relevância social precisam, portanto, ser considerados no processo de avaliação, posto que a excelência de um PPG/Psi também está relacionada ao atendimento de perspectivas sociais e regionais necessárias ao desenvolvimento do país. Os aspectos regionais têm passado cada vez mais a ser valorados no processo avaliativo de cursos novos, no sentido de evitar a proliferação de cursos em regiões que já contam com ampla cobertura de PPG



naquelas subáreas da Psicologia. Em outras palavras, há uma tentativa de se evitar que a expansão dos PPG/Psi se caracterize por oferecer à sociedade “mais do mesmo”. A proposta é tentar atender às demandas em regiões que ainda não contam com PPG em Psicologia. Da mesma forma, também se avalia que é importante reduzir as assimetrias regionais em termos de modalidade dos cursos, pois se os cursos acadêmicos já estão presentes em quase todos os estados do país, o mesmo não pode ser dito a respeito dos cursos profissionais.

Além disso, as questões de região também precisam ser consideradas no processo avaliativo dos PPG. Parâmetros aplicados a programas que estão em regiões menos desenvolvidas em termos de pós-graduação não podem ser igualmente aplicados a programas já consolidados, de instituições com larga experiência em pesquisa e pós-graduação, com maior investimento em ciência e inovação.

É importante levar em conta o papel regional da Pós-Graduação. A avaliação precisa encontrar critérios e mecanismos que possam avaliar aspectos estratégicos de contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento da região. Sob esta perspectiva, os PPG/Psi, em muitos casos, expressam diferenças regionais, em suas pesquisas e práticas, o que é considerado em sua avaliação. Dessa forma, a Área de Psicologia valoriza o atendimento a demandas regionais, em seu processo avaliativo, o papel das atividades de Inserção Social e dos Produtos Técnicos/Tecnológicos de cada PPG. Com isto, busca-se contemplar o papel da Pós-Graduação na localidade em que se insere, bem como dar o devido destaque à relevância social e às possibilidades de apropriação social e econômica do conhecimento.

2.7. Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPG

As modificações dos PPG *stricto sensu* em funcionamento são regulamentadas por uma legislação específica, que dispõe sobre fusão, fragmentação e migração de PPG. A fusão diz respeito ao processo pelo qual dois ou mais PPG se unem para a formação de um novo programa ou para a integração de seus discentes, docentes, recursos e infraestrutura, extinguindo o programa que foi incorporado. O desmembramento, por sua vez, é o movimento contrário, pois caracteriza o processo em que um PPG tem a proposta, o quadro docente, os discentes e a infraestrutura subdivididos ou para compor um programa existente ou para criar um ou mais novos programas, desde que se mantenha o programa original. A migração, por sua vez, é o processo no qual ocorre a transferência de um PPG em funcionamento de uma instituição para outra, mantendo-se suas características. A Área de Psicologia entende que essas modificações (fusão, desmembramento e migração), sempre que demonstrarem, com clareza e consistência, tratar-se de um aprimoramento do programa, poderão



ser apoiadas. Tais modificações devem vir ao encontro do desenvolvimento da Área de Psicologia como um todo – e, portanto, não se justificam essencialmente com base em motivações e interesses locais. Acrescenta-se que será positivamente considerado se a proposição de modificação estiver prevista no planejamento estratégico institucional.

2.8. Visão da área sobre a modalidade a distância

A modalidade de Educação a Distância tem se desenvolvido muito no Brasil e no mundo, sobretudo nos cursos de graduação. Em termos de pós-graduação *stricto sensu*, contudo, a possibilidade de existência de cursos a distância no país ainda é recente e já conta com uma legislação específica da CAPES vigente para esta modalidade.

A despeito dos muitos avanços que as novas tecnologias têm possibilitado à Educação a Distância, assim como acontece com a graduação, a Área de Psicologia entende que a cautela deve pautar a aplicação dessa modalidade. Particularmente, em Psicologia, a formação de qualidade do mestre e do doutor, acadêmico ou profissional, requer múltiplas interações humanas, em função de seu objeto próprio de estudo, que demanda discussões em situações presenciais, além do uso frequente de laboratórios e prestação de serviços psicológicos.

Nessa lógica, tal como ocorre com a graduação em Psicologia, que mantém somente cursos presenciais, a visão da Área sobre a modalidade a distância é a de que ela não seria a mais indicada ao processo de formação, quer seja em nível de mestrado, quer seja em nível de doutorado. Assim, para assegurar a qualidade da formação pós-graduada, além das condições já impostas pela legislação vigente, a Área condiciona a proposição de cursos de mestrado e doutorado EAD, a IES que já tenham PPG em Psicologia com avaliação 6 ou 7.

2.9. Visão da área sobre a modalidade profissional

Os Mestrados Profissionais (MP) são recentes na Área de Psicologia, mas apresentam grande potencial para impactar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. O crescimento dos MP na área foi expressivo, pois a abertura do primeiro curso ocorreu em 2013 e, atualmente, há sete cursos em funcionamento e outros sete foram recentemente recomendados. Dentre estes cursos, há um amplo recorte de focos com predomínio da inserção no campo da saúde, mas incluindo também outras áreas como análise do comportamento, a área organizacional e de políticas públicas, que são campos aplicados com maior probabilidade de oferecimento de cursos profissionais.



Apesar dessa rápida expansão, os MP na Área de Psicologia encontram-se em fase inicial de consolidação das suas atividades e a própria Área vem amadurecendo a forma de lidar com a especificidade da formação profissional em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Por um lado, os MP apresentam algumas características distintas, que requerem uma análise diferenciada, seja em itens da avaliação dos programas, seja na avaliação de propostas de novos cursos. Por outro lado, há um conjunto de características que são semelhantes ao grupo de cursos acadêmicos, sendo que ambas serão abordadas a seguir.

Provavelmente, a maior diferença entre a modalidade profissional e a acadêmica diz respeito ao caráter mais aplicado da formação e do perfil de egressos estabelecidos para tais programas. É fato que, na Psicologia, esta separação não é absoluta no sentido de que muitos egressos de cursos acadêmicos atuam como profissionais em diferentes segmentos da sociedade. Igualmente, não há restrição para que egressos de programas profissionais atuem na academia. De qualquer forma, do ponto de vista dos cursos de pós-graduação, é preciso que sejam estabelecidas algumas distinções no processo formativo, de acordo com a natureza de cada modalidade.

Esperamos, então, que os trabalhos de conclusão dos MP em Psicologia não se limitem apenas a dissertações e abranjam outras produções técnicas, devendo sempre atender aos critérios de relevância, inovação e aplicabilidade destes trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso poderá atuar. A proposta é de um fazer científico voltado ao atendimento direto das demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do Programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, que caracterizam os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

À semelhança dos programas acadêmicos, os cursos de Mestrado Profissional incorporam problemas, questões, fenômenos, processos e técnicas de intervenção que requerem o olhar conjunto com outros campos de conhecimento e de práticas. Em decorrência, a Área avalia positivamente a constituição de um corpo docente com formação diversificada que possa, em associação com doutores em Psicologia, aprofundar o conhecimento e a capacidade de lidar com fenômenos biopsicossociais e com problemas diversos que envolvem comportamento individual, grupos, comunidades, aspectos ambientais, instituições e contextos sociais, econômicos e culturais em suas múltiplas e complexas inter-relações.

Há muitos elementos que são comuns às modalidades profissional e acadêmica, mas a Área entende que os cursos profissionais têm que ser avaliados com alguns critérios específicos em termos de formação e de impacto social, sobretudo, no que diz respeito à produção técnica. Além disso, a avaliação da singularidade de cada curso é fundamental, no sentido de considerar a sua inserção local



e a busca de solução para problemas regionais. Torna-se, portanto, imprescindível uma avaliação criteriosa do planejamento desses cursos e do atendimento às demandas locais e regionais às quais eles se propõem a atender.

A recência dos MP na Área de Psicologia faz com que ainda não se disponha do amadurecimento necessário para a criação de cursos de doutorado profissional. Um doutorado na modalidade profissional, assim como ocorre na modalidade acadêmica, demanda um amadurecimento dos programas que já oferecem mestrados, o que ainda está em fase de consolidação nos cursos profissionais na Área de Psicologia.

Dessa forma, embora haja normas vigentes na CAPES atinentes ao doutorado profissional e o fato de que na Grande Área de Ciências Humanas já existam cursos nessa modalidade e nível, na Psicologia este é um caminho que ainda precisa ser construído. Na nossa Área, os cursos de doutorado devem estar vinculados a um mestrado profissional já existente, com maturidade reconhecida por avaliações anteriores, representada pelas notas 4 ou 5. Para além das parcerias com instituições, empresas, agências de governo e afins e dos acordos formais de cooperação que são requeridos dos MPs, a proposta curricular deverá ser inovadora, e voltada às necessidades da sociedade no foco de atuação do programa, mantendo-se a qualidade e o rigor esperados para um programa de doutorado. Ademais, é imprescindível que um curso de doutorado profissional explicita o seu caráter transformador da realidade social, do processo produtivo e do estado da técnica vinculado à área.

Seja em nível de mestrado ou de doutorado, os cursos na modalidade profissional requerem em seu Núcleo de Docentes Permanentes, um grupo de pesquisadores com maturidade científica, demonstrada por sua produção científico-tecnológica que reflita o seu envolvimento em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) na área de atuação do curso. Sob essa perspectiva, é imprescindível que as atividades de pesquisa e a produção de tecnologias inovadoras estejam alinhadas com as necessidades da sociedade e que os cursos profissionais apresentem impacto social.

2.10. Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

Um programa de pós-graduação tem como uma de suas missões a geração de mudanças que beneficiem a sociedade, seja por meio de suas pesquisas, seja por ações que delas derivem e que permitem impactos sociais relevantes. Na Psicologia, muitas são as possibilidades de interface com a sociedade em diferentes contextos como postos de saúde, hospitais, comunidades, organizações de trabalho, escolas etc. A avaliação dos PPG/Psi deve, portanto, considerar a relevância das ações de



inserção social, por exemplo, a ocupação e o desempenho de egressos; a atuação de seus docentes, assim como o impacto da produção bibliográfica e técnica/tecnológica gerada pelos programas. A maior valorização dos impactos da PG na sociedade pode ser um estímulo para os programas direcionarem mais o seu olhar para o impacto de suas ações e para o atendimento das demandas sociais. É preciso, portanto, ir construindo maneiras viáveis e consistentes de mensurar e valorizar tais impactos.

Também é preciso um olhar especial para a Educação Básica, não só pelos inúmeros resultados que as pesquisas em Psicologia têm trazido para a área, mas também pelo entendimento de que a melhoria da Educação Básica deve ser uma meta de todos e uma prioridade nacional. Alguns avanços nesse sentido foram obtidos na Avaliação Quadrienal de 2017, com uma análise qualitativa das ações de inserção social dos programas e uma dedicação específica às contribuições para a Educação Básica. Este esforço precisa ser continuado e ampliado nas próximas avaliações, pois há muito a ser feito em prol da Educação Básica em nosso país.

Portanto, é objeto de avaliação na Psicologia a articulação dos PPG com a educação básica e sua contribuição para a melhoria da educação em todos os níveis. Assim, com o objetivo de ampliar a articulação dos programas de pós-graduação com a Educação Básica, a área de Psicologia valoriza em sua avaliação dos PPG os programas e ações indutoras da qualidade nos contextos dos ensinos fundamental e médio e em cursos de Licenciatura, incluindo o repasse de tecnologias desenvolvidas no âmbito da PG pelos programas. São, portanto, valorizadas todas as ações de intervenção, prestação de serviço e oferta de cursos que impacte na educação básica referente à sua gestão, ensino, aprendizagem e bem-estar de gestores, educadores, funcionários técnico-administrativos e alunos. A proposta é que a PG possa repassar o conhecimento desenvolvido e realizar ações que contribuam para a melhoria da educação básica, sendo importante que seja relatado pelos PPG o alcance das ações, que podem ter incluído uma única instituição de ensino ou ter se estendido a muitas escolas de uma rede de ensino (municipal, estadual etc.). A respeito, também deverão ser explicitados aqueles impactos que serão esperados em momento posterior.

Para além da relação específica com a Educação Básica, também se espera na Psicologia uma interface com vários outros setores sociais, com forte ênfase para aqueles na área da saúde. Sabidamente os programas de Pós-Graduação precisam se aproximar mais das demandas da sociedade, sem prejuízo para a formação de pessoas qualificadas e para a produção científica de qualidade. É necessário estimular, pela via do processo avaliativo, inclusive, a aproximação dos PPG com diversos setores sociais, inclusive com as empresas, especialmente com vistas ao incremento da



inovação. Para estimular esta aproximação com os setores produtivos, sejam eles industriais, de serviços ou de gestão pública em todos os níveis, recomendamos que sejam desenvolvidos indicadores que avaliem a capacidade de apoio que os PPG possam oferecer aos diferentes setores sociais em seus processos de inovação. As ações institucionais são essenciais para que o conhecimento se aproxime de sistemas econômicos, por este motivo, precisam ser considerados indicadores que estimulem a inovação tecnológica e social, como fruto do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a geração de *spin-off* acadêmicos.

Assim é que a área de Psicologia também valoriza outras ações que se enquadrem na concepção de ações de inserção social e que não está contemplada nos demais indicadores, nem em outros quesitos e/ou itens da ficha de avaliação. Tais ações consistem na disseminação, transferência e/ou aplicação de conhecimentos e tecnologias produzidas pelos programas em benefício de diferentes setores sociais, visando minimizar ou solucionar problemas socialmente relevantes. Essas ações têm apresentado expressiva variabilidade, o que é esperado dadas as características da área de conhecimento, mas devem estar vinculadas com a área de concentração e com as linhas de pesquisa do programa.

2.11. Visão da área sobre formas associativas.

Formas associativas de PPG ocorrem quando duas ou mais IES unem esforços, em termos de recursos humanos e infraestrutura, para oferecer um único PPG. Exceto em situações específicas propiciadas por editais de agências de fomento visando colaborações de pesquisa, ensino e formação, a Área de Psicologia não conta com programas associados de modo institucionalizado. No entanto, formas associativas de trabalho podem congregam conhecimentos e competências complementares, podem gerar condições de atuação singulares de formação de recursos humanos e de produção do conhecimento. Os desafios operacionais a serem superados são grandes, mas a Área de Psicologia vislumbra e apoia a associação de PPG/Psi com outros PPG, dentro e/ou fora da Psicologia, sobretudo quando se evidenciar a inovação e a possibilidade de contribuição dessa atuação em rede.



2.12. Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede).

Minter e Dinter são, respectivamente, turmas de mestrado e de doutorado acadêmicos, conduzidas por programa de pós-graduação *stricto sensu*, no âmbito de instituição distinta daquela a qual o programa promotor pertence. Turma fora de sede, por sua vez, refere-se às turmas de mestrados profissionais, as quais devem ser conduzidas por programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional, no âmbito de instituição distinta à do programa promotor.

Os mecanismos de solidariedade em geral e, em especial, os programas de Minter/Dinter, tiveram um importante papel na Área da Psicologia. Programas nasceram a partir da realização de Minters e Dinters, enquanto outros programas se fortaleceram com tais ações de solidariedade. Assimetrias regionais foram reduzidas por meio deles.